



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

CREDENCIAMENTO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA ALTA , pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Adelino Paula de Oliveira, n.º 116, Centro, Cachoeira Alta - GO, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados, que promoverá o **CHAMAMENTO PÚBLICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para fixação de normas e regras prévias para CREDENCIAMENTO e posterior contratação de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, custos com combustível, condutor, e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Cachoeira Alta, quantitativos estimados e especificações no Termo de Referência – Anexo, deste Edital de Chamamento Público, com fundamento no art. 74, Inciso IV, e art. 79, I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/06; assim como pelas regras deste edital.

Cachoeira Alta – GO, 25 de fevereiro de 2026

LUCIENE GUIMARÃES FRANCO
Gestora do Fundo Municipal de Educação



PREÂMBULO

CREDENCIAMENTO PÚBLICO	02/2026
PROCESSO NÚMERO	596/2026
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Fundo Municipal de Educação
OBJETO RESUMIDO	CREDENCIAMENTO e posterior contratação de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, custos com combustível, condutor, e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Cachoeira Alta.
PERÍODO DO CADASTRO	Do dia 26/02/2026 ao dia 31/12/2026
LOCAL DE REALIZAÇÃO	www.licitanet.com.br
LOCAL E DATA DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	O resultado da análise dos documentos pela Comissão de Contratação será disponibilizado todo último dia útil de cada mês caso haja novos credenciados, o primeiro resultado será disponibilizado dia 24 de março de 2026 às 15h na plataforma www.licitanet.com.br os demais resultados serão divulgados todo último dia útil de cada mês caso haja novos credenciados
NORMAS LEGAIS	Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, Decreto Municipal nº 443-A/2023 e pelas disposições gerais e especiais deste edital.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Baseia-se este Credenciamento na impossibilidade de competição conforme dispõe o art. 74, IV e do art. 79, I, da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 443-A/2023.
ENDEREÇO NA INTERNET	https://www.cachoeiraalta.go.gov.br/
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço https://www.cachoeiraalta.go.gov.br/, https://www.licitanet.com.br, no PNCP ou no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura.</p> <p>Em caso de divergência entre o Edital distribuído no Setor de Licitações e o disponível na Internet, prevalecerá o primeiro. Informações adicionais podem ser obtidas junto ao Departamento de Licitações - e-mail: licitacao@cachoeiraalta.go.gov.br.</p> <p>A sessão para abertura dos envelopes contendo os documentos de Habilitação, será pública, dirigida pela Comissão de Contratação nomeada pelo decreto 137/2025.</p>	



CRENCIAMENTO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

1. EDITAL Nº 02/2026.

1.1. **A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA ALTA – GO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Adelino Paula de oliveira, n.º 116, Centro, Cachoeira Alta – GO, torna público para conhecimento dos interessados, que promoverá o CHAMAMENTO PÚBLICO, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para fixação de normas e regras prévias para CREDENCIAMENTO e posterior contratação de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, custos com combustível, condutor, e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Cachoeira Alta, conforme descrições e valores descritos no termo de referência.

1.2. Do local, data e hora: Os cadastramentos serão efetuados na plataforma www.licitanet.com.br, com a apresentação da documentação necessária, descritos neste edital.

1.3. O credenciamento será realizado por meio de inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, Inciso IV e do art. 79, I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Aqueles que pretendem se credenciar para contratação, farão de forma exclusiva pela plataforma licitanet www.licitanet.com.br, do dia **24/02/2026** ao dia **31/12/2026**.

1.4. O resultado da análise dos documentos pela Comissão de Contratação será disponibilizado todo último dia útil de cada mês caso haja novos credenciados, o primeiro resultado será disponibilizado dia 24 de março de 2026 às 15h, para os documentos encaminhados até dia 20 de março de 2026, na plataforma www.licitanet.com.br.

1.5. A data de realização do sorteio dos credenciados será divulgada mediante disparo de aviso pela agente de contratação na plataforma licitanet, com antecedência mínima de 48h.

1.6. O sorteio será conduzido pela agente de contratação, presencialmente, no setor de licitações, em ato gravado e para ampliação da transparência será transmitido em tempo real pelo Instagram da prefeitura de Cachoeira Alta **@prefeituracachoeiraalta**.

2. Do Objeto

2.1. O objeto deste edital é a fixação de normas e regras prévias para contratação de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, custos com combustível, condutor, e manutenção da frota contratada, para atender os alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Cachoeira Alta, Goiás, por meio de credenciamento, fundamentado no art. 79, I, da Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 443-A/2023, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

2.2. As alterações eventualmente necessárias poderão ser realizadas mediante errata ou apostilamento a ser divulgado pela mesma forma como se deu o texto original do presente Edital.



3. Modelo e Condições para Execução dos Serviços

- 3.1. O prazo de credenciamento para prestação dos serviços será até 31 de dezembro de 2026, respeitando as regras da Lei 14.133/21 e deste edital de credenciamento.
- 3.2. Os dias e horários da prestação de serviço seguirá o calendário letivo. E ainda, executados nos dias, hora e locais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, podendo haver alterações destes, desde que haja necessidade da Administração.
- 3.3. Os serviços serão realizados diariamente no turno matutino, de acordo o calendário escolar.
- 3.4. Os serviços serão desempenhados na área Rural, em estradas pavimentadas ou não do município de Cachoeira Alta – GO, sendo da rede Municipal e Estadual de ensino.
- 3.5. Os serviços serão prestados em tipos de veículos os quais constam neste termo, de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação, considerando-se as particularidades respectivas, necessidades logísticas no transporte dos alunos, que estudam nas redes de ensino municipal e estadual.
- 3.6. O serviço prestado deverá ocorrer nos horários, locais e itinerários especificados em cronograma a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação na ordem de serviço, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

4. Dos Veículos

- 4.1. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação e atender aos requisitos descritos no termo de referência.
- 4.2. Os veículos deverão seguir todas as legislações vigentes para transporte escolar.
- 4.3. A vistoria do DETRAN/GO é obrigatória para a realização de transporte escolar ao longo do ano letivo, conforme Portaria nº 742/2021 daquele órgão de trânsito.
- 4.4. Os veículos deverão estar com todos os documentos exigidos pelo DETRAN devidamente regularizados, estando em dia com as obrigações, como: IPVA, DPVAT, licenciamento e vistorias.
- 4.5. Todos os assentos para os alunos devem conter cinto de segurança em pleno funcionamento;
- 4.6. Os extintores de incêndio devidamente carregado, com prazo de validade vigente;
- 4.7. Os veículos devem dispor de kit de socorro do veículo (tais como macaco, chaves, triângulo e pneus suporte);
- 4.8. Dispor de outros requisitos e equipamentos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito – COTRAN;
- 4.9. Receber manutenção corretiva e/ou preventiva regularmente por conta do credenciado;
- 4.10. Estar devidamente revisados e com bom aspecto de limpeza e higiene, nas partes internas e externas, munidos de todos os acessórios exigidos pelo Código Nacional de Trânsito;
- 4.11. Não será permitido o uso do gás de cozinha como combustível nos veículos;
- 4.12. Os veículos deverão se apresentar pontualmente para o início do transporte dos alunos, nos horários determinados pela Secretaria de Educação, em cada um dos turnos,



quando deverão estar limpos e abastecidos.

4.13. O abastecimento dos veículos será de responsabilidade do credenciado.

4.14. Todos os veículos deverão ter TACÓGRAFO e/ou GPS, em perfeito funcionamento, conforme Portaria nº 742/2021, do Detran/GO. A manutenção do tacógrafo e do GPS será de responsabilidade da credenciada.

4.15. A credenciada sorteada terá o prazo de até 10 (dez) dias para apresentar o contrato do veículo devidamente regular ou o CRLV.

4.16. A credenciada que desistir de alguma rota para ela sorteada ou durante a execução do contrato/termo de contrato, será desclassificada em todas as demais rotas sorteadas em seu favor ou terá o contrato/termo de credenciamento rescindido de todas as rotas credenciadas, conforme o caso.

4.17. A credenciada deverá manter o veículo limpo.

4.18. No caso de defeitos no veículo que o impossibilite de realizar o transporte escolar com segurança, a credenciada deverá substituí-lo imediatamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

4.19. O cumprimento do trajeto das rotas será fiscalizado pelo Departamento de Transporte Escolar, da Secretaria de Educação, via aparelho celular ou outro instrumento com GPS.

5. Do Condutor do Veículo

5.1. Os condutores devem possuir habilitação Carteira Nacional de Habilitação e devem comprovar a capacitação em Curso Especializado para a condução de escolares, devidamente averbado em sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

5.2. Os condutores dos veículos não podem ter cometido mais de uma infração gravíssima, nos últimos 12 meses (CTB, Art. 138, IV e Art. 145, alterado pela Lei nº 14.071/2020).

5.3. Os condutores devem realizar os serviços conforme o código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, alterado pela Lei nº 14.071/2020, principalmente não realizar nenhuma das infrações tipificadas nos art. 161 e ter idade superior a 21 (vinte e um) anos (CTB, Art. 138, I).

5.4. Os condutores de cada veículo, quando estiver transportando escolares deverão, obrigatoriamente, portar os documentos pessoais e a CNH, podendo ser por meio digital em aplicativos específicos.

5.5. O condutor do veículo deverá tratar os passageiros de forma cortês e com educação, sem concentrado em seu trabalho;

5.6. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Condutor do Veículo.

5.7. Comprovação de aprovação em Curso Especializado de Condutor, conforme previsto no art. 138, inciso V do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), constando na CNH o curso realizado.

6. Da Participação no Credenciamento

6.1. inscrição no processo de credenciamento implica na manifestação de interesse da pessoa jurídica da área de transporte escolar do processo de credenciamento junto à plataforma licitanet, www.licitanet.com.br, na aceitação e submissão, independentemente



de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no Edital, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pela Administração Pública Municipal.

6.2. Para habilitarem-se ao credenciamento, os interessados e/ou seus procuradores deverão apresentar toda documentação exigida, em condições legíveis de reconhecimento e em plena validade, sendo vedada aceitação de documentos cujo prazo esteja expirado.

6.3. Caso o credenciamento seja realizado por procuradores, os mesmos deverão apresentar documento de identidade e instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida. Poderá haver apenas um procurador para cada interessado, não sendo permitido um procurador para vários interessados no objeto.

6.4. Os interessados poderão credenciar para mais de uma rota, sendo que a definição de sua ou suas rotas serão feitas por meio de sorteio.

6.5. Não será admitida neste Edital a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto quanto com autorização judicial;
- b) Que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal;
- c) Em consórcio, salvo se atender às normas previstas no art. 15, da Lei nº 14.133/21;
- d) Pessoas físicas.
- e) Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. Dos Documentos para Credenciamento:

7.1. Os interessados em participar do processo de credenciamento para os serviços de transporte escolar, obrigatoriamente, deverão apresentar os documentos de Habilitação Pessoa Jurídica, juntamente com os ANEXOS II, III, V, VI e VII, na plataforma licitanet www.licitanet.com.br.

7.2. Sendo o caso, Declaração de que a licitante se enquadra como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006 – Anexo VIII.

7.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação e apresentar a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Anexo VIII**, assinada pelo seu proprietário ou sócios e contador responsável pela escrituração da empresa devidamente registrado no órgão Regulador.

7.4. Como todos os interessados serão credenciados, não haverá benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.



7.5. Da Habilitação

I) **Habilitação Jurídica:**

- a) Para o **empresário individual (EI)** será exigida a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede da licitante. Para o Microempreendedor Individual (MEI), o Certificado da Condição de MEI (CCMEI);
- b) Para a **sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal (SLU)** será exigida a inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede da licitante, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Para a **sociedade simples** será exigida a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Para **sociedade cooperativa** será exigida a ata de fundação e estatuto social em vigor com as respectivas alterações, registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede da licitante, acompanhado da ata que o aprovou, certificado de registro da cooperativa na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou na entidade estadual, se houver; ata da assembleia de eleição do órgão de administração com mandato vigente; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados. As cooperativas de trabalho, além de apresentar esses documentos, devem comprovar que o objeto da licitação se enquadra nos serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa;
- e) Para **consórcio de empresas** será exigida a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- f) Para **sociedade empresária estrangeira** com atuação permanente no país será exigida a portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME 77/2020;

II) **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.** A empresa deverá apresentar um único CNPJ, não podendo filial ou subsidiária substituir matriz quando esta for a participante e vice-versa, com a devida atividade do objeto da licitação.
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se**



houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

- c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante**, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Prova de regularidade à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) **Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)**, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida pelo site (www.tst.jus.br);

III) Qualificação Econômico-Financeira

a) **certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. O balanço deverá vir acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional do Contador, CERTIFICANDO que o profissional identificado no presente documento se encontra Habilitado para o exercício profissional, juntamente com a Certidão Simplificada com registro de capital social, e Certidão específica de arquivamento, expedidas pela Junta Comercial com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura do presente certame.

b.1) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.2) Os documentos referidos no item c, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar o termo de autenticação e balanço, bem como termo de abertura e encerramento.

d) Na hipótese de pessoas jurídicas não sujeitas ao registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial (como é o caso de entidades sem fins lucrativos e Sociedades Simples - SS), o balanço patrimonial e demonstrações contábeis deverão ser registrados ou autenticados no Cartório Civil da sede ou domicílio da empresa interessada no objeto.

e) Comprovação da boa situação financeira da empresa, por intermédio de documento que demonstre o cálculo dos índices contábeis maiores que 1,0 (um) para Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas no subitem anterior, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ SG &= \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ LC &= \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante} \end{aligned}$$



- f) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.
- g) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
- h) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da interessada e/ou em outro órgão equivalente, na forma da Lei, bem como, os Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, contendo as assinaturas do(s) representante(s) legal(is), e do Contador responsável ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, juntamente com a cópia da Carteira de Identidade profissional do mesmo;
- i) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- j) **No caso de microempresa e empresa de pequeno porte será exigida apenas a certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

IV) Habilitação Técnica

7.6. A empresa interessada deverá apresentar além dos documentos já descritos neste termo de referência, os seguintes documentos, no ato da assinatura do Termo de credenciamento:

- a) Indicação do condutor do veículo, maior de 21 anos, com apresentação da cópia da habilitação - Carteira Nacional de Habilitação, e, ainda, comprovar a capacitação do condutor em Curso Especializado para a condução de escolares, devidamente averbado em sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH.
- b) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Condutor do Veículo.
- c) Comprovação de aprovação em Curso Especializado de Condutor, conforme previsto no art. 138, inciso V do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), constando na CNH o curso realizado;
- d) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Monitor.

7.7. Observações relativas aos Documentos

7.7.1. Os documentos apresentados deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o Setor de Licitações e Contratos, se entender necessário, poderá diligenciar na internet para averiguar a autenticidade deles.

7.7.2. Todas as declarações prestadas no presente credenciamento devem ser assinadas pelo representante legal do credenciando ou por procurador legalmente constituído;



7.7.3. Não será causa de não credenciamento a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

7.7.4. Os documentos apresentados deverão, obrigatoriamente, ser expressos na língua portuguesa ou traduzidos por tradutor juramentado.

7.8. Os interessados deverão se cadastrar e apresentar a documentação exigida junto a plataforma licitane www.licitanet.com.br.

7.9. Os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á como sendo de 60 (sessenta) dias a sua validade, contados da data de sua emissão.

7.10. Serão considerados comprovantes de endereço válidos: Talão de água, energia, telecomunicações fixa ou móvel, plano de saúde, correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas Federal, Estadual e Municipal, contrato de locação de imóvel registrado em Cartório de Títulos e Documento, Correspondência expedida por Instituições Bancárias Públicas ou Privada ou ainda administradoras de cartão de crédito.

7.11. Caso o interessado seja isento de algum documento exigido no presente edital, deverá o mesmo fazer prova, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.

7.12. No ato de assinatura do contrato a regularidade fiscal (certidões) deverá estar com vigência válida.

7.13. Os interessados ficam responsáveis por manter atualizados todos os documentos entregues no credenciamento, sempre que solicitados, sob pena de anulação do credenciamento.

7.14. Para a efetiva contratação, mesmo tendo apresentado a documentação exigida na ocasião do credenciamento, tal documentação deverá estar válida para a data de assinatura do referido termo de credenciamento.

8. Da Análise da Documentação

8.1. A análise para o credenciamento será realizada em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, pela Comissão de Contratação, a qual dedicará exclusivamente para análise da documentação comprobatória, apresentada nos termos do item 8 deste Edital.

8.2. Será lavrado em Ata de todas as ocorrências durante a análise documental, inclusive o indeferimento do pedido, devidamente fundamentado, que importe em perda do direito ao credenciamento.

8.3. O interessado que atender todos os requisitos previstos neste Edital será julgado habilitado e apto a participar do sorteio, caso tenha mais de um interessado na rota, caso não exista outro interessado, estará apto a assinar o termo de credenciamento e prestar os serviços de transporte escolar na rota para a qual se credenciou.

8.4. O resultado da análise dos documentos pela Comissão de Contratação será disponibilizado todo último dia útil de cada mês caso haja novos credenciados, o primeiro resultado será disponibilizado dia 24 de março de 2026 às 15h, para os documentos encaminhados até dia 20 de março de 2026, na plataforma www.licitanet.com.br, momento em que será concedido prazo **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação



ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor

8.5. Ao longo do período de credenciamento, todos os interessados habilitados serão credenciados, de modo que ao final, todos os credenciados possam ter a possibilidade de contratação se estiverem habilitados. A demanda por transporte escolar, por meio de rotas de transporte, será distribuída entre os credenciados de forma igualitária, conforme a capacidade operacional de cada interessado.

8.6. Os interessados deverão estar com toda a documentação de habilitação exigida neste Edital.

8.7. Os interessados que não atenderem aos requisitos exigidos neste edital na análise dos credenciamentos, serão considerados inabilitados.

8.8. Todos os regularmente credenciados e habilitados serão contratados, havendo apenas um interessado na rota, caso haja mais de um interessado na rota, estarão aptos a participarem do sorteio.

8.9. Nas alterações a serem processadas no Termo de Credenciamento não incidem o limite previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

8.10. Os credenciamentos poderão ser rescindidos a qualquer tempo pela administração, notificando à outra parte pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

8.11. É facultada à Comissão de Contratação a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do Credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos interessados que deverão ser satisfeitos no prazo estabelecido.

9. Dos Esclarecimentos e da Impugnação ao Edital

9.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providências, assim como de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

9.2. Caberá à Agente de Contratação, auxiliada pelo setor técnico competente, decidir os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

9.3. Acolhida à petição contra o Edital, caso acarrete mudança que afetar a confecção de Proposta, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar de processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.5. Na fluência dos prazos para interposição de impugnação, o processo ficará no Departamento de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

9.6. As impugnações interpostas fora do prazo serão consideradas intempestivas.

9.7. Qualquer pedido de esclarecimento e/ou impugnação quanto ao Edital poderá ser solicitado/interposto junto à Comissão de Contratação, somente através da plataforma de realização do Credenciamento Eletrônico (www.licitanet.com.br).

9.8. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou impugnação ao Edital será



publicada plataforma de realização do Credenciamento Eletrônico (www.licitanet.com.br) e no site da Prefeitura Municipal de Cachoeira Alta – GO, qual seja: <http://www.cachoeiraalta.go.gov.br>.

10. Do Sorteio

10.1. Vencido os prazos de inscrição, julgamento e interposição de recursos, visando respeitar o princípio da impessoalidade, **a ordem de classificação dos credenciados será feita por meio de sorteio, quando houver mais um interessado por rota.**

10.2. A data de realização do sorteio dos credenciados será divulgada mediante disparo de aviso pela agente de contratação pela página do credenciamento eletrônico, na plataforma licitanet, **com antecedência mínima de 48h.**

10.3. O sorteio será conduzido pela agente de contratação, presencialmente, no setor de licitações, em ato gravado, e para ampliação da transparência será transmitido em tempo real pelo Instagram da prefeitura de Cachoeira Alta **@prefeituracachoeiraalta.**

10.4. Durante a sessão, somente poderá fazer o uso da palavra, a Comissão de Contratação, ou aquele que por ela for convidado.

10.5. Todos os credenciados, habilitados participarão do sorteio, e poderão ser contemplados mesmo não acompanhando a sessão presencialmente.

10.6. O resultado da sessão de sorteio será divulgada na página do credenciamento no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

10.7. A Secretaria Municipal de Educação pode, em virtude do interesse público, devidamente justificado, cancelar total ou parcialmente a sessão de sorteio ou mesmo a convocação geral de todos os credenciados. Neste caso, as demandas cuja sessão ou a convocação tenham sido canceladas, poderão ser submetidas a novo sorteio ou a uma nova convocação geral de todos os credenciados.

10.8. Os credenciamentos poderão ser rescindidos a qualquer tempo pela administração, notificando à outra parte em 15 (quinze) dias, especialmente no caso de realização de concurso público.

11. Da Contratação

11.1. A convocação para assinatura do Termo de Credenciamento será realizada por meio de notificação via telefone ou e-mail em que os credenciados terão o prazo de 03 (três) dias úteis após a convocação, permitida a prorrogação por igual período, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

11.2. Os credenciados somente iniciarão a prestação dos serviços de transporte escolar a partir da assinatura do termo de credenciamento e da emissão da Ordem de Serviços;

11.3. O Termo de Credenciamento terá vigência de até 4 (quatro) anos, a contar da data estabelecida no respectivo Termo de Credenciamento.

11.4. A Secretaria de Educação atestará, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

11.5. A Secretaria de Educação poderá extinguir o Termo de Credenciamento, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários suficientes para a sua continuidade ou



quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagens.

11.6. A extinção mencionada no item 11.5. ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do Termo de Credenciamento e não poderá ocorrer em prazo inferior a 02 (dois) meses, contado da referida data.

11.7. No caso de prorrogação do Termo de Credenciamento, como forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos preços definidos no edital de credenciamento, compensando os efeitos da inflação nos preços contratados, os valores poderão ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – **IPCA**, acumulado dos últimos doze meses do aniversário do Termo de Credenciamento.

11.8. O marco inicial para o reajuste dos valores será a data de divulgação do edital de credenciamento e o reajuste, se houver, será feito por simples apostilamento.

12. Da Remuneração, Preço, Forma e Condições do Pagamento

12.1. Os serviços de transporte escolar serão remunerados na equivalência de cada quilômetro rodado, mediante leitura da fita do tacógrafo e/ou do registro no GPS do veículo.

12.2. A leitura da fita do tacógrafo ou do GPS será feita semanalmente.

12.3. A falta de apresentação da fita do tacógrafo ou da leitura do GPS, implicará em desconto do percentual de 10% (dez por cento) na média da quilometragem já rodada no mês vigente e devidamente registrado no GPS do veículo, apurado mensalmente, obedecido o valor definido no termo de referência e no termo de credenciamento.

12.4. O Faturamento será realizado mensalmente, devendo as faturas serem encerradas até o dia 30 (trinta) de cada mês e repassadas ao fiscal do contrato, sob pena de serem consideradas como mês seguinte.

12.5. A critério do CREDENCIADO, os valores dos pagamentos mensais poderão ficar a sua disposição, por meio de depósito em conta bancária previamente aberta pelo CREDENCIADO, em nome da pessoa jurídica credenciada/contratada.

12.6. Os pagamentos acontecerão em até 05 (cinco) dias contados da apresentação das faturas ao fiscal do contrato.

12.7. O pagamento será feito via ordem bancária, creditado na instituição bancária eleita pelo contratado(a), que deverá indicar o número de conta e banco na Secretaria de Finanças da Prefeitura.

12.8. Sobre o valor do crédito previsto a ser pago, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

12.9. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do credenciado(a) e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

12.10. A ausência de monitor implicará em desconto de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) por quilômetro percorrido, conforme Portaria nº 073/2023 – SME.

12.11. Havendo ausência do monitor por três vezes, consecutivas ou alternadas, durante cada ano letivo, ocorrerá a rescisão do termo de credenciamento firmado com a credenciante, cominando, ainda, com a instauração de processo administrativo, visando a apuração das responsabilidades.

12.12. No dia em que o veículo estiver em vistoria semestral junto ao Detran, a credenciada receberá por esse dia parado, pela média percorrida no mês.



12.13. Caso o aparelho de ar condicionado do veículo de transporte escolar não funcione ou funcione em condições precárias, por um período superior a 02 (dois) dias consecutivos de transporte, deverá ser consertado num prazo de no máximo 24h.

12.14. No caso de credenciada não providenciar o reparo do aparelho do ar condicionado, no prazo definido no item 12.3, poderá ser multada no percentual de 20% (vinte por cento) do valor do km rodado registrado durante o não funcionamento ou funcionamento precário do aparelho. Caso persista o problema, num prazo superior a 05 (cinco) dias, após o prazo definido no item 12.3, a Secretaria de Educação poderá descredenciá-la.

13. Do cancelamento do credenciamento

13.1. A Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Alta – GO, poderá realizar o descredenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e descumprimento das normas fixadas neste edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, e ainda:

13.1.1. Por mútuo consentimento e mediante manifestação da parte interessada e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.1.2. Caso o contratado transfira, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência da Secretaria de Educação;

13.1.3. Se o contratado deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações de seu contrato;

13.1.4. Desatender às determinações da Prefeitura, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

13.1.5. Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;

13.1.6. No caso de pessoa jurídica, for objeto de incorporação, fusão ou cisão que prejudique a execução do contrato;

13.1.7. Em caso de situações em que torne impossível a sua continuidade, tais como a insuficiência de recursos financeiros e/ou fim do convênio com o órgão responsável pelo repasse da verba, será comunicado previamente pelo CREDENCIANTE, mediante aviso ao CREDENCIADO;

13.1.8. Aplicam-se ainda os motivos de rescisão previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e demais regras e exigências previstas neste Edital de Credenciamento;

13.2. Será cancelado o credenciamento a pedido do interessado, quando comprovar que está impossibilitado de cumprir as exigências contratuais, em decorrência de caso fortuito ou de força maior e nos casos previstos no art. 138, da Lei 14.133/2021.

13.3. Na hipótese de determinada rota vier a não ter mais alunos ou redução de alunos, esta poderá ser cancelada ou reduzida pela Secretaria de Educação, conforme o caso.

14. Dos Recursos Orçamentários

14.1. A presente despesa está consignada no orçamento de 2026, a qual correrá por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Educação, no elemento da despesa 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

14.2. O detalhamento da dotação orçamentária constará em anexo a este processo de credenciamento e será informado pelo Serviço de Contabilidade.

14.3. No caso de prorrogação do termo de credenciamento, a dotação orçamentária específica deverá ser indicada no início do exercício financeiro seguinte.



15. Das Obrigações da Administração Pública

- 15.1. Orientar e supervisionar o credenciado quanto à prestação dos serviços de transporte escolar, na rota específica.
- 15.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços
- 15.3. Efetuar os pagamentos em até 10 (dez) dias do aceite da NF;
- 15.4. Efetuar as alterações do termo de credenciamento nas condições previstas na Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, quando for o caso.
- 15.5. Acompanhar a qualidade da prestação dos serviços, pontualidade, segurança e amplitude.
- 15.6. Fazer a correta e justa divisão da demanda entre as credenciadas.
- 15.7. Comunicar a credenciada sobre a necessidade de realização do transporte escolar, conforme calendário das aulas escolares, conforme detalhada no termo de referência.
- 15.8. Fazer cumprir as demais condições e exigências previstas neste Edital de Credenciamento.

16. Das Obrigações do Credenciado

- 16.1. Prestar os serviços de transporte escolar com elevado padrão de eficiência, profissionalismo e estrita observância à postura ética.
- 16.2. Cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações técnico-operacionais constantes neste edital de credenciamento;
- 16.3. Comunicar ao responsável técnico, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços de transporte escolar;
- 16.4. Aceitar a fiscalização da Administração Pública,
- 16.5. Não delegar ou transferir a execução dos serviços a terceiros (subcontratação), sem prévia anuência da Secretaria de Educação de Cachoeira Alta – GO;
- 16.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, quando da execução dos serviços de transporte escolar, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento da Secretaria de Educação;
- 16.7. Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente no que se refere à atualização de documentos de habilitação e certidões;
- 16.8. Apresentar à Secretaria de Educação, sempre que solicitado, comprovantes de regularidade para com as obrigações tributárias;
- 16.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação constante no termo de credenciamento, para a adoção das providências cabíveis.
- 16.10. Observar as demais regras, exigências e condições de prestação de serviços de transporte escolar neste edital e no Termo de Credenciamento.

17. Das Sanções Administrativas

- 17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à



- Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o termo de credenciamento terá as seguintes penalidades ao credenciado, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

- I - Advertência por escrito;
- II - Suspensão temporária do seu credenciamento;
- III - Descredenciamento;
- IV - Multa de até:
 - a.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até duas horas de atraso no início da prestação dos serviços de transporte escolar, sobre o valor total do termo de credenciamento;
 - a.2). 20% (vinte por cento) sobre o valor do termo de credenciamento após ultrapassado o prazo de 02 (duas) horas de atraso no início do transporte escolar
 - a.3). 2% (dois por cento) sobre o valor total do termo de credenciamento ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.
 - a.4) demais multas e penalidades descritas neste edital de credenciamento.

V - impedimento de licitar e contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

VI - O credenciado poderá ser penalizado em outras condições definidas neste Edital de Credenciamento.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,



conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18. Das Disposições Gerais

18.1. Fica reservado à Secretaria de Educação de Cachoeira Alta – GO o direito de cancelar, no todo ou em parte, aditar, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito aos interessados no credenciamento, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

18.2. A aceitação das condições constantes neste edital será formalizada com a assinatura do respectivo contrato.

18.3. Em casos de dúvidas de como proceder, o credenciado deverá sempre recorrer à Comissão de Contratação a fim de obter esclarecimentos pertinentes e suficientes.

18.4. As normas que disciplinarão o Edital serão sempre interpretadas em favor do interesse público, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

18.5. Os credenciantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Credenciamento

18.6. Quaisquer dúvidas ou omissões sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão de Contratação da Secretaria de Educação de Cachoeira Alta – GO.

18.7. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios do Direito Público e subsidiariamente em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

18.8. A fiscalização ou acompanhamento de execução do contrato pela Prefeitura não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado. Quaisquer alterações eventualmente necessárias no Edital, somente poderão ser feitas mediante errata ou apostilamento a ser divulgado pela mesma forma como de seu texto original do presente edital.

18.9. No caso de ausência da solicitação e/ou esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente qualquer reclamação.

18.10. A Secretaria de Educação, por meio da Comissão de Contratação, permanecerá a disposição dos interessados para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar informações referentes ao presente edital, através do e-mail licitacao@cachoeiraalta.go.gov.br

19. Do Foro

19.1. Para dirimir as questões oriundas do Edital e não resolvidas na esfera Administrativa é competente o Foro da Comarca de Cachoeira Alta – GO.

Cachoeira Alta – GO, 25 de fevereiro de 2026.

LUCIENE GUIMARÃES FRANCO

Secretaria de Educação



É PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL:

- ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Modelo de requerimento para credenciamento;
- ANEXO III – Declaração;
- ANEXO IV – Termo de Credenciamento;
- ANEXO V – Declaração que não Emprega Menor;
- ANEXO VI – Declaração de concordância com as condições do Edital e seus anexos;
- ANEXO VII – Declaração de inexistência de fato superveniente.
- ANEXO VIII – Modelo de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- ANEXO IX - Termo de Renúncia de Prazo Recursal (opcional)



Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, CUSTOS COM COMBUSTÍVEL, CONDUTOR, E MANUTENÇÃO DA FROTA CONTRATADA, PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA ALTA.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

Item	Descrição/especificação	UND.	Dias Letivos	KM Diário	Valor estimado o KM	Valor estimado diário	KM total	Valor estimado total
1	LINHA 04 (RIBEIRÃO DOS PAULAS) MATUTINO	DIAS	183	156,98	R\$ 5,13	R\$ 805,31	28.727,34	R\$147.371,73
2	LINHA 04 (RIBEIRÃO DOS PAULAS) NOTURNO	DIAS	183	164,94	R\$ 5,13	R\$ 846,14	30.184,02	R\$ 154.843,62
TOTAL								R\$ 302.215,35

EXIGÊNCIAS:

Veículo Adequado: O veículo precisa ter vagas disponíveis para todos os alunos, além do assento do motorista e monitores. Deve ser equipado com cintos de segurança para todos os ocupantes e um dispositivo de travamento adequado para o transporte seguro de crianças.

Vistoria e Manutenção: O veículo deve passar por vistorias regulares definidas pelos órgãos de trânsito locais para garantir que esteja em boas condições de funcionamento. Manutenção regular é crucial para preservar a segurança e eficiência do carro.

Documentação: O veículo deve estar devidamente registrado e com toda a documentação em dia, incluindo o pagamento de taxas e impostos. **Motorista Qualificado:** O motorista deve possuir habilitação na categoria adequada, categoria D e com a observação – EAR - "Exerce Atividade Remunerada" e ter feito um curso específico para transporte escolar, dependendo da legislação local.

Seguro: É aconselhável que o carro tenha seguro que cubra acidentes e preste assistência aos passageiros.

Regularidade: O veículo deve ser **substituído** de imediato em caso de qualquer problema e ser garantida a chegada de todos os alunos cadastrados no transporte escolar sem qualquer prejuízo ao estudante. O horário de chegada dos alunos na unidade escolar deve ser imprescindivelmente respeitado e cumprido. As linhas devem ser cumpridas de forma **integral**, conduzindo todos os alunos, para que se seja considerado para cálculo o dia letivo completo. Salvo, quando o aluno ou responsável avisar a unidade escolar que não comparecerá a aula.

* A rota deverá ser realizada com veículo para transporte escolar com lugares suficientes para o atendimento de todos os alunos cadastrados para o transporte, sentados, bem como monitores.



* Os veículos deverão ser apropriados para a realização dos serviços em rotas rurais, cumprindo às exigências das resoluções do CONTRAN, DENATRAN, CIRETRAN, FNDE e o CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, em especial os artigos 136 e 137.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para alunos municipais e estaduais é justificada por diversos vetores imprescindíveis por esta gestão, que tem como objetivo investimento em infraestrutura para educação, bem como mecanismos de viabilizar a educação para todos.

O foco na educação é a principal justificativa, assegurar que os alunos municipais tenham acesso à educação de forma regular e segura. Transporte escolar confiável contribui para que os estudantes não percam aulas devido a problemas de mobilidade, e a expansão da modalidade desse benefício gratuito para crianças matriculadas nas unidades de ensino possui imprescindível caráter de política pública.

A ampliação do acesso à educação com o serviço de transporte escolar é essencial para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais.

A segurança dos alunos ao ser contratualizado pelo município um serviço profissional de transporte escolar deve não apenas viabilizar o suporte para frequência escolar, como garantir que os veículos atendam aos padrões de segurança necessários para proteger os alunos durante suas viagens.

O transporte escolar adequado pode reduzir a taxa de desistência escolar, uma vez que torna mais fácil para os alunos comparecerem às aulas, especialmente aqueles que moram longe das escolas.

Para a administração, a justificativa ainda reflete na eficiência de recursos ao optar pela contratação. O município pode evitar custos elevados de compra, manutenção e gerenciamento de uma frota própria, resultando em economia de recursos públicos.

Em suma, a contratação mencionada neste Termo visa garantir o acesso à educação, a segurança dos estudantes, a eficiência de recursos e o cumprimento das obrigações legais, tudo isso contribuindo para a promoção da educação de qualidade no município.

4. PRAZO DE ENTREGA

4.1. A prestação de serviço deverá iniciar após a assinatura do contrato e emissão da autorização expedida pela superintendência de compras.

4.2. Mediante a retirada da nota de empenho e a expedição da ordem de fornecimento, estará caracterizado o compromisso de entrega do veículo.

4.3. O objeto deste Termo de Referência será recebido e avaliado com o escopo de verificar sua conformidade quanto à quantidade, qualidade e especificações descritas e nos termos do artigo Art. 140. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações, o objeto desta prestação de serviço será recebido: e suas alterações, da seguinte forma:

- PROVISORIAMENTE, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes deste termo.
- DEFINITIVAMENTE, após a verificação e confirmação das especificações constantes deste



termo de referência e nas quantidades constantes na Ordem de Fornecimento, expedida pela Superintendência de Compras.

4.4. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Alta - GO, não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos ou serviços considerados inadequados ou em desconformidade com a especificação registrada neste Termo de Referência.

4.5. Eventuais pedidos de prorrogação dos prazos de entrega deverão ser devidamente justificados e dirigidos à Secretaria solicitante. Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do veículo.

4.6. Os materiais deverão ser de primeira qualidade e serão submetidos à Fiscalização, que poderá impugnar seu emprego quando em desacordo com especificações, normas técnicas ou inadequados para serem aplicados.

4.7. O padrão de qualidade requerido deverá ser obtido por meio de controle e testes, os quais deverão ser submetidos à Fiscalização, que poderá sugerir impugnação, em parte ou em todo, com relação ao material utilizado.

4.8. Para efeito da interpretação de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecido que:

4.8.1 Em caso de divergência entre as especificações e o praticado pela rotina, predominará o primeiro;

4.8.2 Em caso de divergência entre as especificações e as recomendações dos fabricantes dos produtos, prevalecerão os segundos;

4.8.3 Em caso de divergência entre as quantidades, dimensões e qualidades, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá o procedimento correto.

5. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A prestação deste Termo de Referência será feita para atender as demandas do Transporte Escolar, nas condições estabelecidas no Edital.

6. UNIDADE E RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

6.1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativa à execução contratual, serão exercidos por servidor, designado pela Secretaria da Educação.

6.2. Caberá à fiscalização exercer um rigoroso controle no cumprimento do contrato, em especial quanto à qualidade do veículo; devendo fazer o acompanhamento, fiscalização, conferência e avaliação da execução do presente objeto, e a qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

6.3. Caberá ao Fiscal do Contrato, além das que perfazem na legislação vigente Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 117) as seguintes prerrogativas:

a). Requisitar objeto, mediante correio eletrônico (e-mail), ofício ou outro documento;

b). Efetuar as devidas conferências;

c). Verificar eventuais falhas, erros ou o não cumprimento de exigências estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da CONTRATADA;



- d). Comunicar a Administração o cometimento de falhas pela CONTRATADA que impliquem comprometimento na entrega, e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e). Conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, encaminhando-a diretamente a Superintendência do Compras a fim de providenciar a Liquidação;
- f). Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela CONTRATANTE.

6.4. Verificada a entrega do objeto fora das especificações do Termo de Referência, com danos decorrentes ou com defeitos de fabricação, a CONTRATADA deverá, por sua conta, recolher os mesmos e providenciar a devida substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação por parte da CONTRATANTE.

7. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da Contratada:

- 7.2. Efetivas a prestação do serviço dentro do prazo e de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 7.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 7.4. Realizar testes de aceitação, com acompanhamento da Contratante, após a conclusão do processo, para homologação da solução ofertada, condição para efetivação da contratação;
- 7.5. Garantir a qualidade do objeto;
- 7.6. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação por parte da CONTRATANTE, se o objeto não estiver plenamente disponível e em condições de uso normal;
- 7.7. Na hipótese de comprovação dos danos acima mencionados, a empresa ficará obrigada a promover o ressarcimento dos prejuízos no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a). Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar, objeto deste Termo de Referência através de fiscal devidamente designado;
- b). Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus deveres dentro das normas deste Termo;
- c). Comunicar a CONTRATADA as irregularidades observadas no fornecimento do equipamento;
- d). Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar somente após a emissão da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, a Nota Fiscal acompanhada das certidões: Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de



Débitos Junto ao INSS e FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

9.2. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da nota fiscal devidamente visada e atestada pela Unidade Administrativa solicitante do veículo em conjunto com a Fiscalização do Contrato.

9.3. O pagamento dar-se-á em moeda corrente nacional, conforme Art. 52 da Lei nº 14.133/2021, em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do equipamento, devidamente conferidos, aceitos e acompanhados das certidões.

9.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.5. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem definitiva do fornecimento.

9.6. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Alta-GO, não efetuará pagamento de título desconectado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "FACTORING".

10. DAS PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades por inexecução total ou parcial do Termo Contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e ficará sujeito as seguintes sanções:

a). ADVERTÊNCIA, MULTAS, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR. Informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

“Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – Advertência.

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.”

10.2. Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento e/ou execução dos serviços, a CONTRATANTE poderá proceder a rescisão unilateral do contrato, hipótese em que a CONTRATADA também se sujeitará às SANÇÕES ADMINISTRATIVAS previstas neste Termo de Referência.

10.3. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções.

10.4. A empresa penalizada terá o direito de defesa que deverá ser exercido em até 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação da penalidade, podendo ocorrer a juntada de documentos e serem arroladas até 03 (três) testemunhas.

10.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficarão a critério da CONTRATANTE que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa.

10.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito



pela CONTRATANTE, conforme procedimento esboçado no subitem anterior, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos subitens anteriores.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas para a presente Dispensa serão inseridas ao decorrer do processo.

12- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 O critério de julgamento será o de menor preço, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

13.2 A contratação de empresa especializada no fornecimento desses bens, tem amparo legal disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações.

Cachoeira Alta - GO, 11 de fevereiro de 2026.

MATHEUS VINÍCIUS VIEIRA SANTOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



ANEXO II

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

A empresa..... inscrito no CNPJ nº ,
endereço.....representada por e
no RG nº , residente e domiciliado
requerer sua inscrição para o processo administrativo de chamamento para
credenciamento nº 02/2026, da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura
de Cachoeira Alta - GO, declarando que está de acordo com a regras do Edital
de Chamamento Público nº 02/2026, bem como de acordo com tabela de
preço por quilômetro rodado utilizada pela Secretaria Municipal de Educação
que obedece o determinado pelo Conselho Municipal de Educação para a
realização de transporte escolar na rota de seu interesse, a qual passará por
procedimento de sorteio.

Atenciosamente,

Cachoeira Alta - GO, em _____ de _____ de _____.

Pessoa Jurídica CNPJ
Representante Legal



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Pessoa Jurídica:

(qualificar) Pessoa Física:

A , (qualificação) nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI/RG nº. _____, inscrito no CPF/MF nº. _____, residente na Rua _____ nº _____ - Bairro _____, na cidade de _____ DECLARA, para os devidos fins, que:

- a) que todas as informações documentais e técnicas fornecidas são verdadeiras;
- b) que recebeu todas as informações necessárias para participar do certame e concorda com os termos do edital do Credenciamento;
- c) que não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenas com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontram pendentes ou sem que tenha sido reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Que esse credenciamento não gera direito a minha contratação, que está sujeita à contemplação de rota em sorteio a ser realizado em data a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.

Cachoeira Alta - GO, em ____ de ____ de ____.

Pessoa Jurídica
CNPJ
Representante Legal



ANEXO – IV

MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO

Por este Termo de Credenciamento que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE CACHOEIRA ALTA - GO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua _____, inscrito no CNPJ nº _____, neste ato representado por seu Gestor o Sr. ____, brasileiro, casado, CPF _____, residente e domiciliado à Rua XXXXXXXX, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, neste instrumento doravante denominado CREDENCIANTE e de outro lado,

_____, neste ato denominado(a) CREDENCIADO, têm como justo e contratado o que segue, regido pelas cláusulas e disposições seguintes: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – O presente credenciamento é regido pelo art. 74, Inciso IV e art. 79, I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, decorre do Chamamento Público de Credenciamento nº. 02/2026, para credenciamento e posterior contratação de prestação de serviços de transporte escolar, por quilômetro rodado com monitor e veículos com ar-condicionado, para alunos, professores e servidores administrativos da rede municipal e estadual de ensino da zona urbana, zona rural, distritos, povoados do Município de Cachoeira Alta – Goiás, publicado em ___, e que deu origem ao seguinte número de protocolo do(a) CREDENCIADO (A)___.

2.1. O credenciamento será realizado por meio de inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, Inciso IV e art. 79, I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente credenciamento ora firmado entre as partes se destina exclusivamente na prestação de serviços de transporte escolar, por quilômetro rodado com monitor e ar condicionado para o transporte de alunos, professores e servidores administrativos da rede municipal de ensino da zona urbana, zona rural, distritos, povoados e alunos da rede estadual de ensino residentes na zona rural e urbana do Município de Cachoeira Alta – Goiás, por meio de credenciamento, fundamentado no art. 79, I, da Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 443-A/2023, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Referência visto no Anexo I, do edital de credenciamento, acostado ao processo e tabela abaixo:

Item	Descrição/especificação	UND	Dias Letivos	KM Diário	Valor KM	Valor diário	KM total	Valor total
1	LINHA 04 (RIBEIRÃO DOS PAULAS) MATUTINO	DIAS	183					
2	LINHA 04 (RIBEIRÃO DOS PAULAS) NOTURNO	DIAS	183					
TOTAL								



CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O CREDENCIADO deverá realizar os serviços de transporte escolar, em quantidades e qualidades contratadas, com elevado padrão de eficiência e estrita observância à legislação que trata da relação de consumo e da ética profissional, utilizando todos os recursos e meios disponíveis, com os mesmos padrões conforme dispensados aos demais pacientes, sendo-lhe vedado qualquer tipo de discriminação.

2.2. Os dias e horários da prestação de serviço seguirá o calendário letivo. E ainda, executados nos dias, hora e locais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, podendo haver alterações destes, desde que haja necessidade da Administração.

2.3. Os serviços serão realizados diariamente no turno matutino, de acordo o calendário escolar.

2.4. Os serviços serão desempenhados na área Rural, em estradas pavimentadas ou não do município de Cachoeira Alta - GO, sendo da rede Municipal e Estadual de ensino.

2.5. Os serviços serão prestados em tipos de veículos os quais constam neste termo, de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação, considerando-se as particularidades respectivas, necessidades logísticas no transporte dos alunos, que estudam nas redes de ensino municipal e estadual.

2.6. O serviço prestado deverá ocorrer nos horários, locais e itinerários especificados em cronograma a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação na ordem de serviço, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

2.7. Dos Veículos

2.7.1. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação e atender aos requisitos descritos no termo de referência.

2.7.2. Os veículos deverão seguir todas as legislações vigentes para transporte escolar.

2.7.3. A vistoria do DETRAN/GO é obrigatória para a realização de transporte escolar ao longo do ano letivo, conforme Portaria nº 742/2021 daquele órgão de trânsito.

2.7.4. Os veículos deverão estar com todos os documentos exigidos pelo DETRAN devidamente regularizados, estando em dia com as obrigações, como: IPVA, DPVAT, licenciamento e vistorias.

2.7.5. Todos os assentos para os alunos devem conter cinto de segurança em pleno funcionamento;

2.7.6. Os extintores de incêndio devidamente carregado, com prazo de validade vigente;

2.7.7. Os veículos devem dispor de kit de socorro do veículo (tais como macaco, chaves, triângulo e pneus suporte);

2.7.8. Dispor de outros requisitos e equipamentos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito – COTRAN;

2.7.9. Receber manutenção corretiva e/ou preventiva regularmente por conta do credenciado;

2.7.10. Estar devidamente revisados e com bom aspecto de limpeza e higiene, nas partes internas e externas, munidos de todos os acessórios exigidos pelo Código Nacional de Trânsito;



- 2.7.11. Não será permitido o uso do gás de cozinha como combustível nos veículos;
- 2.7.12. Os veículos deverão se apresentar pontualmente para o início do transporte dos alunos, nos horários determinados pela Secretaria de Educação, em cada um dos turnos, quando deverão estar limpos e abastecidos.
- 2.7.13. O abastecimento dos veículos será de responsabilidade do credenciado.
- 2.7.14. Todos os veículos deverão ter TACÓGRAFO e/ou GPS, em perfeito funcionamento, conforme Portaria nº 742/2021, do Detran/GO. A manutenção do tacógrafo e do GPS será de responsabilidade da credenciada.
- 2.7.15. A credenciada sorteada terá o prazo de até 10 (dez) dias para apresentar o contrato do veículo devidamente regular ou o CRLV.
- 2.7.16. **A credenciada que desistir de alguma rota para ela sorteada ou durante a execução do contrato/termo de contrato, será desclassificada em todas as demais rotas sorteadas em seu favor ou terá o contrato/termo de credenciamento rescindido de todas as rotas credenciadas, conforme o caso.**
- 2.7.17. A credenciada deverá manter o veículo limpo.
- 2.7.18. No caso de defeitos no veículo que o impossibilite de realizar o transporte escolar com segurança, a credenciada deverá substituí-lo imediatamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- 2.7.19. O cumprimento do trajeto das rotas será fiscalizado pelo Departamento de Transporte Escolar, da Secretaria de Educação, via aparelho celular ou outro instrumento com GPS.

2.8. Do Condutor do Veículo

- 2.8.1. Os condutores devem possuir habilitação Carteira Nacional de Habilitação, categoria D e devem comprovar a capacitação em Curso Especializado para a condução de escolares, devidamente averbado em sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH.
- 2.8.2. Os condutores dos veículos não podem ter cometido mais de uma infração gravíssima, nos últimos 12 meses (CTB, Art. 138, IV e Art. 145, alterado pela Lei nº 14.071/2020).
- 2.8.3. Os condutores devem realizar os serviços conforme o código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, alterado pela Lei nº 14.071/2020, principalmente não realizar nenhuma das infrações tipificadas nos art. 161 e ter idade superior a 21 (vinte e um) anos (CTB, Art. 138, I).
- 2.8.4. Os condutores de cada veículo, quando estiver transportando escolares deverão, obrigatoriamente, portar os documentos pessoais e a CNH, podendo ser por meio digital em aplicativos específicos.
- 2.8.5. O condutor do veículo deverá tratar os passageiros de forma cortês e com educação, sem concentrado em seu trabalho;
- 2.8.6. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Condutor do Veículo.
- 2.8.7. Comprovação de aprovação em Curso Especializado de Condutor, conforme previsto no art. 138, inciso V do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), constando na CNH o curso realizado.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. Os valores a serem pagos por quilômetro rodados, foram definidos levando em consideração percursos estimados em cada rota. Quando o percurso transcorrido extrapolar a quilometragem estimada, serão pagos excedentes por quilômetro rodado, conforme definido a seguir:

3.2. O transporte realizado diariamente que ficar igual ou menor da quilometragem estimada receberá o valor a ser pago por km estimado. Caso a quilometragem rodada seja maior que a km estimada, receberá o valor do km estimado e o que percorreu a mais, receberá do km excedente, conforme exemplificado no termo de referência.

3.3. Os serviços de transporte escolar serão remunerados na equivalência de cada quilômetro rodado, mediante leitura da fita do tacógrafo e/ou do registro no GPS do veículo.

3.4. A leitura da fita do tacógrafo ou do GPS será feita semanalmente.

3.5. A falta de apresentação da fita do tacógrafo ou da leitura do GPS, implicarem desconto do percentual de 10% (dez por cento) na média da quilometragem já rodada no mês vigente e devidamente registrado no GPS do veículo, apurado mensalmente, obedecido o valor definido no termo de referência e no termo de credenciamento.

3.6. O Faturamento será realizado mensalmente, devendo as faturas serem encerradas até o dia 30 (trinta) de cada mês e repassadas ao fiscal do contrato, sob pena de serem consideradas como mês seguinte.

3.7. A critério do CREDENCIADO, os valores dos pagamentos mensais poderão ficar a sua disposição, por meio de depósito em conta bancária previamente aberta pelo CREDENCIADO, em nome da pessoa jurídica credenciada/contratada.

3.8. Os pagamentos acontecerão em até 10 (dez) dias contados do recebimento das faturas ao fiscal do contrato.

3.9. O pagamento será feito via ordem bancária, creditado na instituição bancária eleita pelo contratado(a), que deverá indicar o número de conta e banco na Secretaria de Finanças da Prefeitura.

3.10. Sobre o valor do crédito previsto a ser pago, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

3.11. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do credenciado(a) e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

3.12. A ausência de monitor implicará em desconto de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) por quilômetro percorrido, conforme Portaria nº 073/2023 – SME.

3.13. Havendo ausência do monitor superior a 30 dias consecutivas ou alternadas, durante cada ano letivo, ocorrerá a rescisão do termo de credenciamento firmado com a credenciante, podendo ainda, haver a instauração de Processo de Apuração de Responsabilidade.

3.14. No dia em que o veículo estiver em vistoria semestral junto ao Detran, a credenciada receberá por esse dia parado, pela média percorrida no mês.

3.15. Caso o aparelho de ar condicionado do veículo de transporte escolar não funcione ou



funcione em condições precárias, por um período superior a 02 (dois) dias consecutivos de transporte, deverá ser consertado num prazo de no máximo 24h.

3.16. No caso de credenciada não providenciar o reparo do aparelho do ar condicionado, no prazo definido no item 3.15, poderá ser multada no percentual de 20% (vinte por cento) do valor do km

rodado registrado durante o não funcionamento ou funcionamento precário do aparelho. Caso persista o problema, num prazo superior a 05 (cinco) dias, após o prazo definido no item 12.15, a Secretaria de Educação poderá descredenciá-la sumariamente.

3.17. Caso de o veículo rodar com quilometragem diária menor que a mínima em mais de 10% (mínimos 110 km para VAN e MICRO e 70 km para ÔNIBUS), a pedido da contratada, a Administração poderá, dede que devidamente justificado, analisar a possibilidade de reequilibrar os preços praticados, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual entre as partes, de acordo com os ditames da Lei nº 14.133/21.

3.18. Possíveis alterações dos valores das rotas, conforme previsto no item 6.17, deste termo de referência, terão seus efeitos financeiros apenas para os serviços prestados após a alteração, não havendo direitos retroativos da Credenciada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A presente despesa está consignada no orçamento de 2026, a qual correrá por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Educação, no elemento da despesa 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4.2. O detalhamento da dotação orçamentária constará em anexo ao processo administração deste processo de credenciamento e será informado pelo Serviço de Contabilidade.

4.3. No caso de prorrogação do termo de credenciamento, a dotação orçamentária específica deverá ser indicada no início do exercício financeiro seguinte.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura.

5.2. A Secretaria de Educação atestará, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

5.3. A Secretaria de Educação poderá extinguir o Termo de Credenciamento, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários suficientes para a sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagens.

5.4. No caso de prorrogação do Termo de Credenciamento, como forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos preços definidos no edital de credenciamento, compensando os efeitos da inflação nos preços contratados, os valores poderão ser corrigidos pelo IPCA, acumulado dos últimos doze meses do aniversário do Termo de Credenciamento.



5.5. O marco inicial para o reajuste dos valores será a data de divulgação do edital de credenciamento e o reajuste, se houver, será feito por simples apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 6.1. Prestar os serviços de transporte escolar com elevado padrão de eficiência, profissionalismo e estrita observância à postura ética.
- 6.2. Cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações técnico-operacionais constantes neste edital de credenciamento;
- 6.3. Comunicar ao responsável técnico, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços de transporte escolar;
- 6.4. Aceitar a fiscalização da Administração Pública;
- 6.5. Não delegar ou transferir a execução dos serviços a terceiros (subcontratação), sem prévia anuência da Secretaria de Educação de Cachoeira Alta - GO;
- 6.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, quando da execução dos serviços de transporte escolar, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento da Secretaria de Educação;
- 6.7. Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente no que se refere à atualização de documentos de habilitação e certidões;
- 6.8. Apresentar à Secretaria de Educação, sempre que solicitado, comprovantes de regularidade para com as obrigações tributárias;
- 6.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação constante no termo de credenciamento, para a adoção das providências cabíveis.
- 6.10. Observar as demais regras, exigências e condições de prestação de serviços de transporte escolar neste edital e no Termo de Credenciamento.
- 6.11. Indicar o preposto da credenciada, com os dados pessoais – identidade, CPF e endereço, bem como contato telefônico.
- 6.12. Apresentar à Secretaria Municipal de Educação, sempre que solicitado, comprovantes de regularidade para com as obrigações tributárias;
- 6.13. Comunicar ao Fiscal do termo de credenciamento, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação prevista no termo de credenciamento, para a adoção das providências cabíveis;
- 6.14. Atender as demais regras e exigências previstas no edital de credenciamento respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 7.1. Orientar e supervisionar o credenciado quanto à prestação dos serviços de transporte escolar, na rota específica.
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços
- 7.3. Efetuar os pagamentos mensal em até 10 (dez) dias do aceite da NF.
- 7.4. Efetuar as alterações do termo de credenciamento nas condições previstas na Lei



14.133/2021 e suas posteriores alterações, quando for o caso.

7.5. Acompanhar a qualidade da prestação dos serviços, pontualidade, segurança e amplitude.

7.6. Fazer a correta e justa divisão da demanda entre as credenciadas.

7.7. Comunicar a credenciada sobre a necessidade de realização do transporte escolar, conforme calendário das aulas escolares, conforme detalhada no termo de referência.

7.8. Fazer cumprir as demais condições e exigências previstas no Edital de Credenciamento

CLÁUSULA OITAVA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o termo de credenciamento terá as seguintes penalidades ao credenciado, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

I - Advertência por escrito;

II - Suspensão temporária do seu credenciamento;

III - Descredenciamento;

IV – Multa de até:

a.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até duas horas de atraso no início da prestação dos serviços de transporte escolar, sobre o valor total do termo de credenciamento;

a.2). 20% (vinte por cento) sobre o valor do termo de credenciamento após ultrapassado o prazo de 02 (duas) horas de atraso no início do transporte escolar

a.3). 2% (dois por cento) sobre o valor total do termo de credenciamento ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

a.4) demais multas e penalidades descritas neste edital de credenciamento.

V - impedimento de licitar e contratar.

VI - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública,



enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

VII - O credenciado poderá ser penalizado em outras condições definidas no Edital de Credenciamento.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

9.1. A Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Alta - GO poderá realizar o descredenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e descumprimento das normas fixadas neste edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, e ainda:

9.2. Por mútuo consentimento e mediante manifestação da parte interessada e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

9.3. Caso o contratado transfira, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência da Secretaria de Educação;

9.4. Se o contratado deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações de seu contrato;

9.5. Desatender às determinações da Prefeitura, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

9.6. Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;

9.7. No caso de pessoa jurídica, for objeto de incorporação, fusão ou cisão que prejudique a execução do contrato;

9.8. Em caso de situações em que torne impossível a sua continuidade, tais como a insuficiência de recursos financeiros e/ou fim do convênio com o órgão responsável pelo repasse da verba, será comunicado previamente pelo CREDENCIANTE, mediante aviso ao CREDENCIADO;

9.9. Aplicam-se ainda os motivos de rescisão previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e demais regras e exigências previstas neste Edital de Credenciamento;

9.10. Será cancelado o credenciamento a pedido do interessado, quando comprovar que está impossibilitado de cumprir as exigências contratuais, em decorrência de caso fortuito ou de força maior e nos casos previstos no art. 138, da Lei 14.133/2021.

9.11. Na hipótese de determinada rota vier a não ter mais alunos ou redução de alunos, esta poderá ser cancelada ou reduzida pela Secretaria de Educação, conforme o caso.

9.12. A Secretaria de Educação poderá extinguir o Termo de Credenciamento, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários suficientes para a sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagens.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Qualquer alteração deste Termo de Credenciamento só poderá ser efetuada



mediante Termo de Apostilamento;

10.2. Nas alterações a serem processadas no Termo de Credenciamento não incidem o limite previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/21, em decorrência da natureza deste instituto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Fica reservado à Secretaria Municipal de Educação o direito de cancelar, no todo ou em parte, aditar, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente termo de credenciamento, sem direito aos interessados no credenciamento, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

1.2. A aceitação das condições constantes neste termo de credenciamento será formalizada com a respectiva assinatura e publicação do seu inteiro teor no Portal Nacional de Contratações Públicas.

1.3. Em casos de dúvidas de como proceder, o credenciado deverá sempre recorrer ao Fundo Municipal de Saúde a fim de obter esclarecimentos pertinentes e suficientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O Foro do presente ajuste é o da cidade de Cachoeira Alta - GO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Cachoeira Alta - GO, _____ de _____ de _____.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

XXXXXXXX

Gestora

XXXXXX
Credenciada

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF:

2ª _____

CPF:



ANEXO V

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal (a) Sr. portador (a) da Documento de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** que não emprega menor de 18 anos (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: poderá empregar menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Cachoeira Alta - GO, ____ de ____ de 2026.

Pessoa Jurídica
CNPJ
Representante Legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaro que estou ciente e concordo com as condições no Edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – FME/Cachoeira Alta - GO.

Atenciosamente.

Cachoeira Alta - GO, _____ de _____ de 2026.

Pessoa Jurídica
CNPJ
Representante Legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVOS

.....(nome da empresa),(CPF/CNPJ),..... , declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo de credenciamento, Edital nº 002/2026-FME/Cachoeira Alta - GO, e está ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

Cachoeira Alta - GO, _____de _____de 2026.

Pessoa Jurídica
CNPJ
Representante Legal



ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026**

(Razão Social) _____, CNPJ/MF nº _____,
sediada _____ (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a)
Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____
expedida pela SSP/_____ e de CPF nº _____ **DECLARA**, para fins do disposto no
Edital do **Credenciamento nº 02/2026**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas
da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº
123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do
artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cachoeira Alta - GO, _____ de _____ de 2026.

Pessoa Jurídica
CNPJ
Representante Legal

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a



ANEXO IX

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA DE PRAZO RECURSAL (OPCIONAL)

EU, _____, inscrito no CNPJ/CPF nº _____, estabelecida nessa cidade de _____, na rua ou avenida _____, bairro, nº _____, se pessoa jurídica (neste ato por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF _____, residente e domiciliado na _____, bairro, cidade, DECLARA, para os devidos fins de licitação Credenciamento nº 02/2026 e torna público que renuncia o prazo de recurso administrativo, previsto nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/21 e alterações. CACHOEIRA ALTA-GO, ____ de _____ de 2025.

Pessoa Jurídica
CNPJ
Representante Legal